

## **ATA DA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - ESTADO DE MATO GROSSO**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniram-se os senhores vereadores para a realização da quinta sessão extraordinária do ano em curso. Invocando a Proteção Divina, o senhor Presidente deu início aos trabalhos, solicitando a leitura da ata da sessão extraordinária anterior. Em discussão a ata, nada havendo, em votação, foi aprovada. Dando continuidade fez uso da palavra o vereador Paulinho Abreu requerendo a retirada da ordem do dia, do Projeto de Lei número cinquenta e oito, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria da Mesa Diretora, bem como a dispensa de interstício regimental ao Projeto de Lei número cinquenta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria da Mesa Diretora, e ao Projeto de Lei número sessenta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Requereu ainda vistas ao Projeto de Lei Complementar número quatro, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Em discussão os requerimentos verbais do vereador Paulinho Abreu, nada havendo, em votação, os requerimentos foram aprovados. Em seguida foi apresentado o Projeto de Lei número sessenta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em segundo e último turno. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei Complementar número cinco, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e trinta e sete, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; e o Parecer número vinte e oito, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única votação, por se tratar de matéria em regime de urgência. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei Complementar número seis, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número vinte e nove, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número dezoito, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de matéria em regime de urgência. A seguir foi apresentado o Projeto de Lei número setenta e quatro, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e trinta e oito, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; e o Parecer número vinte e oito, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Saúde e Seguridade Social. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, com a palavra os vereadores Paulinho Abreu, Célio Garcia, Dilmair Callegaro, Adenilson Rocha e Juventino Silva. Em votação, o projeto foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de projeto em regime de urgência. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e quatro, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e dois, barra, dois mil e vinte e

dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e três, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Obras, Viação e Serviços Urbanos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, usaram da palavra os vereadores Elbio Volkweis, Paulinho Abreu, Mário Sugizaki, Professor Hedvaldo Costa, Célio Garcia e Dilmair Callegaro. Em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única votação, por se tratar de matéria em regime de urgência, recebendo os votos contrários dos vereadores Dilmair Callegaro, Mário Sugizaki e Professor Hedvaldo Costa. Em seguida foi apresentada a Moção de Aplauso número cinquenta e seis, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Juventino Silva e vereadores. Em discussão a moção, com a palavra os vereadores Juventino Silva, Professora Graciele, Dilmair Callegaro e Celsinho do Sopão. Em votação, a moção foi aprovada, e na sequência foi realizada a entrega da moção à homenageada presente. Dando continuidade foi apresentado o Projeto de Lei número setenta e seis, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e trinta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; e o Parecer número onze, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Assistência Social. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de matéria em regime de urgência. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número setenta e sete, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número vinte e um, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos; e o Parecer número vinte e nove, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Saúde e Seguridade Social. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, com a palavra os vereadores Elbio Volkweis, Moisés do Jardim do Ouro, Dilmair Callegaro, Toninho Bernardes, Adenilson Rocha, Ademir Debortoli, Célio Garcia e Paulinho Abreu, que requereu a retirada do regime de urgência do projeto de debate. Em discussão o requerimento verbal do vereador Paulinho Abreu, nada havendo, em votação, o requerimento foi aprovado. Ainda em discussão o projeto, nada mais havendo, em votação, o projeto foi aprovado em primeiro turno. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei número setenta e oito, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e seis, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número vinte e quatro, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Obras, Viação e Serviços Urbanos; e o Parecer número doze, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Assistência Social. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, usaram da palavra os vereadores Célio Garcia e Dilmair Callegaro. Em votação, o projeto foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de projeto em regime de urgência. Em seguida foi apresentado o Projeto de Lei número setenta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e sete, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número vinte e cinco, barra, dois mil e vinte e

dois, da Comissão de Obras, Viação e Serviços Urbanos; e o Parecer número treze, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Assistência Social. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de projeto em regime de urgência. Logo após foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. A seguir foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e oito, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e três, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e dois, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de matéria em regime de urgência. Em seguida foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e um, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e quatro, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e três, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de projeto em regime de urgência. Dando continuidade foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e dois, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e quatro, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de matéria em regime de urgência. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e três, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta e um, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e seis, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única votação, por se tratar de projeto em regime de urgência. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e quatro, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta e dois, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e sete, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de

Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e seis, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de projeto em regime de urgência. A seguir foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta e três, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e oito, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e sete, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única deliberação, por se tratar de matéria em regime de urgência. Após foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e seis, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. A seguir foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta e quatro, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e oito, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de matéria em regime de urgência. Ato contínuo foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e sete, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta e seis, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número quarenta, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte e seis, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Obras, Viação e Serviços Urbanos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeiro e único turno, por se tratar de matéria em regime de urgência. Em seguida foi apresentado o Projeto de Lei número oitenta e oito, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do Poder Executivo. Após foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta e sete, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; e o Parecer número quarenta e um, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única votação, por se tratar de projeto em regime de urgência. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei número cinquenta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria da Mesa Diretora. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e três, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação; o Parecer número trinta e um, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização; e o Parecer número vinte, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio, Agricultura, Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Em discussão os pareceres, nada havendo,

em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, sem interesse em discutir, em votação, o projeto foi aprovado em primeira e única deliberação. Logo após foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo número trinta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria dos vereadores Mário Sugizaki e Elbio Volkweis. Após foi apresentado o Parecer número cento e quarenta e um, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeira votação. Na sequência foi apresentado o Projeto de Decreto Legislativo número quarenta, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Elbio Volkweis. Após foi apresentado o Parecer número cento e cinquenta e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, da Comissão de Justiça e Redação. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, não havendo interesse em discutir, em votação, foi aprovado em primeiro turno. Logo após deu-se a apresentação em bloco das Indicações número oitocentos e setenta, e oitocentos e setenta e um, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Mário Sugizaki; Indicações número oitocentos e setenta e dois, e oitocentos e setenta e três, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Toninho Bernardes; Indicações número oitocentos e setenta e quatro, e oitocentos e setenta e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Juventino Silva; Indicações número oitocentos e setenta e seis, e oitocentos e setenta e sete, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Célio Garcia; Indicações número oitocentos e setenta e oito, e oitocentos e setenta e nove, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Luís Paulo da Gleba; Indicações número oitocentos e oitenta, e oitocentos e oitenta e um, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Lucinei; Indicações número oitocentos e oitenta e dois, e oitocentos e oitenta e três, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Paulinho Abreu; e Indicações número oitocentos e oitenta e quatro, e oitocentos e oitenta e cinco, barra, dois mil e vinte e dois, de autoria do vereador Dilmair Callegaro. Em discussão as indicações, não havendo interesse em discutir, em votação, as indicações foram aprovadas. Nada mais havendo, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a Proteção Divina e declarou encerrada a sessão, sendo a presente ata lavrada e se achada conforme, assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

Elbio Volkweis  
Presidente

Juventino Silva  
Primeiro Secretário